Relatório

SOBRE

A INDISCIPLINA NA CONSULTA NACIONAL DE JUNHO DE 2026

A indisciplina na Consulta Nacional de junho de 2026

A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) promoveram, entre 12 e 26 de junho de 2026, uma Consulta Nacional online, dirigida aos Educadores e Professores dos ensinos básico e secundário do Continente, das Regiões Autónomas e do Estrangeiro, com o objetivo de conhecer a sua avaliação sobre a carreira docente e as condições de exercício profissional, no final do ano letivo de 2025/2026.

Entre as várias dimensões analisadas, a **indisciplina em contexto escolar assumiu particular relevância**, evidenciando preocupações significativas dos docentes relativamente ao comportamento dos alunos e às suas consequências para o ambiente educativo, para as condições de trabalho e para o próprio processo de ensino e aprendizagem.

Embora os resultados desta Consulta Nacional tenham sido recolhidos em junho de 2026, **a importância e a atualidade das questões identificadas justificam uma análise mais aprofundada e específica dos dados relativos à indisciplina**, procurando ir além da apresentação inicial dos resultados e contribuir para uma melhor compreensão da dimensão e das implicações deste fenómeno nas escolas portuguesas.

O presente documento retoma, por isso, os dados recolhidos junto dos 3.171 docentes participantes, procedendo a uma leitura mais detalhada das suas perceções sobre a evolução da indisciplina, a preocupação que esta suscita e o seu impacto no exercício da profissão docente.

Mais do que apresentar resultados estatísticos, pretende-se **identificar tendências, aprofundar a reflexão e contribuir para um debate informado sobre um problema que não pode continuar a ser encarado como uma dificuldade individual dos professores, mas antes como um desafio estrutural que exige respostas educativas, institucionais e políticas adequadas.**

Neste sentido, a FNE e a AFIET consideram que a análise agora desenvolvida constitui um contributo relevante para a reflexão sobre as condições de funcionamento das escolas, a valorização da autoridade pedagógica dos docentes e a necessidade de garantir ambientes educativos seguros, respeitadores e favoráveis à aprendizagem.

Conhecer a realidade, compreender os problemas e identificar caminhos de resposta são passos essenciais para defender melhores condições de trabalho para os profissionais da educação e uma escola pública de qualidade para todos.

1- Perceção dos docentes sobre a evolução do grau de indisciplina em relação ao ano anterior

Na pergunta realizada, procurava-se saber **como evoluiu o grau de indisciplina em sala de aula em relação ao ano anterior**, com cinco possibilidades de resposta.

Os resultados foram estes:

Resposta	N.º de respostas	Percentagem	
Muito superior	535	16,87%	Mais de metade dos docentes que responderam - **53,74%,** ou seja, 1 704 docentes consideram que relativamente ao ano anterior a indisciplina aumentou
Superior	1.169	36,87%	
Idêntico	1.267	39,96%	
Inferior	158	4,98%	Apenas **6,31%** consideram que a indisciplina diminuiu: 4,98%, correspondendo à soma dos que dizem que foi «Inferior», com 1,32% a dizerem que foi «Muito inferior»**,** ou seja, **200 docentes**.
Muito inferior	42	1,32%	
Total	3.171	100,00%	

2 – A indisciplina como fator de preocupação nas condições de exercício profissional

Resultados da dimensão do “comportamento dos alunos" como fator de preocupação:

Resposta	N.º de respostas	Percentagem
1 – Nada preocupado	32	1,01%
2 - Pouco preocupado;	63	1,99%
3 – Preocupado;	333	10,50%
4 - Muito Preocupado;	726	22,89%
5 - Extremamente preocupado.	2.017	63,61%
Total	3.171	100,00%

A concentração no extremo superior da escala é muito forte. 2.017 docentes, quase dois terços da amostra (63,6%), escolheram o valor máximo, 5.

Se agregarmos os valores 4 e 5, temos: 726 + 2.017 = 2.743 docentes, correspondentes a 86,50% dos respondentes.

No polo contrário, apenas 95 docentes (3,00%) escolheram 1 ou 2. Outros 333 (10,50%) ficaram no ponto intermédio da escala.

A média é 4,46 em 5, com mediana 5.

O comportamento dos alunos é assinalado como uma das preocupações mais intensamente assinaladas pelos docentes. Numa escala de 1 a 5, 63,60% dos respondentes situam esta dimensão no nível máximo e 22,90% no nível 4. No conjunto, 86,5% dos docentes concentram as suas respostas nos dois níveis superiores da escala, enquanto apenas 3,00% escolhem os níveis 1 ou 2. A média de 4,46 e a mediana de 5 confirmam a forte intensidade desta preocupação.

3. A perceção da indisciplina como fator de preocupação de acordo com os níveis etários dos respondentes

O cruzamento das respostas com o nível etário dos respondentes mostra que a perceção deste problema aumenta claramente ao longo da carreira.

Faixa etária	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Total
Menos de 30 anos	0,0%	1,1%	12,5%	33,0%	53,4%	100%
De 30 a 39 anos	1,9%	3,9%	13,1%	35,9%	45,1%	100%
De 40 a 49 anos	0,7%	1,2%	10,6%	23,0%	64,4%	100%
De 50 a 59 anos	0,9%	2,0%	9,7%	20,9%	66,4%	100%
60 ou mais anos	1,2%	2,5%	10,6%	21,5%	64,2%	100%

Os resultados mostram que o comportamento dos alunos é amplamente identificado como um fator de dificuldade profissional em todas as idades, mas a intensidade dessa perceção varia.

O primeiro dado que sobressai é a predominância do nível máximo da escala (5) em todos os grupos etários:

- 53,4% dos docentes com menos de 30 anos;
- 45,1% dos docentes entre 30 e 39 anos;
- 64,4% dos docentes entre 40 e 49 anos;
- 66,4% dos docentes entre 50 e 59 anos;
- 64,2% dos docentes com 60 ou mais anos.

Se agregarmos os níveis 4 e 5, obtém-se uma medida da perceção elevada deste problema:

Faixa etária	Níveis 4 + 5
Menos de 30 anos	**86,4%**
De 30 a 39 anos	**81,1%**
De 40 a 49 anos	**87,4%**
De 50 a 59 anos	**87,3%**
60 ou mais anos	**85,6%**

Estes valores mostram que, independentemente da idade, mais de quatro em cada cinco docentes consideram que o comportamento dos alunos constitui uma dificuldade importante.

Nesta consulta, o comportamento dos alunos constitui um problema transversal, mas cuja intensidade é maior entre os docentes de metade da carreira e final de carreira.

Por um lado, os docentes mais experientes dispõem de um termo de comparação com outras épocas da escola portuguesa, tendo acompanhado transformações profundas nas últimas décadas. A sua avaliação pode, por isso, resultar da perceção de uma alteração dos padrões de disciplina, das relações pedagógicas e das expetativas sociais em relação à escola.

Por outro lado, os docentes mais jovens iniciaram a profissão num contexto em que esses desafios já faziam parte da realidade quotidiana, podendo encará-los como uma característica normal do exercício profissional.

4. A perceção da evolução do grau de indisciplina de acordo com os níveis de ensino dos respondentes

Outra análise que se procurou fazer correspondeu à verificação de que como é que a indisciplina como fator de preocupação era assumida de acordo com o nível de ensino dos respondentes, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Nível de ensino	Muito inferior	Inferior	Idêntico	Superior	Muito Superior
Ensino Profissional	2,6%	6,1%	34,8%	34,8%	21,7%
1.º Ciclo do Ensino Básico	1,0%	4,8%	36,0%	38,9%	19,2%
2.º Ciclo do Ensino Básico	1,1%	5,1%	37,4%	38,0%	18,3%
Educação Pré-escolar	2,3%	4,2%	40,4%	36,7%	16,4%
3.º Ciclo do Ensino Básico	0,8%	5,0%	42,5%	37,5%	14,3%
Educação Especial	1,4%	6,4%	43,6%	31,4%	17,3%
Ensino Secundário	1,7%	4,9%	45,7%	34,1%	13,5%

Se agregarmos as respostas **"Superior" e "Muito superior"**, obtemos uma visão muito clara:

Nível de ensino	Indisciplina aumentou
Ensino Profissional	56,5%
1.º Ciclo do Ensino Básico	58,1%
2.º Ciclo do Ensino Básico	56,3%
Educação Pré-escolar	53,1%
3.º Ciclo do Ensino Básico	51,8%
Educação Especial	48,7%
Ensino Secundário	47,6%

Os resultados sugerem que a perceção do agravamento da indisciplina não é uniforme.

O 1.º Ciclo apresenta a percentagem mais elevada de docentes que consideram que a indisciplina aumentou (58,1%), embora muito próxima do 2.º Ciclo (56,3%).

Os dados sugerem que os professores dos primeiros anos de escolaridade sentem um agravamento significativo dos comportamentos disruptivos, possivelmente associado a:

- maiores dificuldades de autorregulação das crianças;
- impacto das consequências da pandemia nas competências socio emocionais;
- maior exigência na gestão da sala de aula;
- crescente diversidade de necessidades educativas.

O Ensino Profissional evidencia igualmente uma perceção muito elevada de agravamento (56,5%), sendo o nível com a maior percentagem de respostas "Muito superior" (21,7%).

Este resultado pode refletir desafios específicos relacionados com a diversidade dos percursos dos alunos, a motivação escolar e a gestão de turmas.

O Ensino Secundário é o nível onde a perceção de agravamento é menos intensa (47,6%). É também aquele em que a maior proporção de docentes considera que a situação se manteve idêntica (45,7%).

Isto poderá indicar que, embora a indisciplina continue a constituir um problema, os docentes do secundário tendem a percecionar uma maior estabilidade da situação, eventualmente devido à maior maturidade dos alunos.

Este cruzamento mostra que a indisciplina é hoje um fenómeno transversal ao sistema educativo, mas que se manifesta com intensidade diferente conforme o contexto pedagógico.

Os níveis iniciais de escolaridade e o ensino profissional parecem ser aqueles em que os docentes identificam um agravamento mais acentuado. Isto sugere que as políticas de promoção da convivência escolar não devem ser uniformes, mas adaptadas às especificidades de cada nível de ensino.

Além disso, estes resultados articulam-se muito bem com as análises da Pergunta 11.7 (comportamento dos alunos) e da Pergunta 41 (prioridades dos docentes). Em conjunto, reforçam a ideia de que a gestão dos comportamentos e a melhoria do clima escolar constituem uma das preocupações centrais dos professores portugueses e um domínio prioritário de intervenção nas políticas educativas.

5 A perceção da evolução da indisciplina em sala de aula relativamente ao ano letivo anterior de acordo com a faixa etária dos respondentes

Uma outra análise que se procurou fazer correspondeu à verificação de que como é que a indisciplina enquanto fator de preocupação era assumida de acordo com a faixa etária dos respondentes, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Faixa Etária	Muito inferior	Inferior	Idêntico	Superior	Muito Superior
Menos de 30 anos	0,0%	6,8%	42,0%	35,2%	15,9%
De 30 a 39 anos	1,4%	7,7%	43,5%	33,5%	13,9%
De 40 a 49 anos	1,6%	6,4%	40,0%	35,4%	16,6%
De 50 a 59 anos	0,9%	4,3%	40,3%	36,8%	17,7%
60 ou mais anos	2,0%	3,5%	37,8%	40,1%	16,7%

O primeiro aspeto que sobressai é que, em todas as faixas etárias, a maioria dos docentes considera que a indisciplina se manteve igual ou aumentou.

Se agregarmos as respostas "Superior" e "Muito superior", obtém-se:

- Menos de 30 anos: **51,1%**
- 30–39 anos: **47,4%**
- 40–49 anos: **52,0%**
- 50–59 anos: **54,5%**
- 60 ou mais anos: **56,8%**

Observa-se, assim, uma tendência ligeira, mas consistente: quanto maior a idade, maior a perceção de agravamento da indisciplina.

6. A perceção da evolução da indisciplina em sala de aula relativamente ao ano letivo anterior de acordo com o tempo de serviço dos respondentes

Seguidamente, procurou-se verificar como é que a indisciplina, como fator de preocupação, era assumida de acordo com o tempo de serviço dos respondentes, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Tempo de serviço	Muito inferior	Inferior	Idêntico	Superior	Muito Superior
Até 10 anos	2,2%	5,5%	40,7%	31,0%	20,6%
De 11 a 20 anos	0,9%	7,9%	41,1%	35,8%	14,3%
De 21 a 30 anos	1,6%	5,1%	39,8%	36,2%	17,3%
De 31 a 35 anos	0,7%	3,4%	44,8%	36,3%	14,8%
Mais de 35 anos	1,4%	3,6%	34,9%	42,3%	17,8%

Também aqui se observa um padrão interessante. Entre os docentes com mais de 35 anos de serviço, 60,1% consideram que a indisciplina aumentou (42,3% + 17,8%), sendo este o valor mais elevado de todos os grupos. Os docentes mais jovens (até 10 anos de serviço) distribuem-se de forma diferente: embora um em cada cinco (20,6%) considere que a indisciplina aumentou muito, há uma menor proporção a indicar um aumento global (51,6%). Este padrão sugere que a experiência profissional pode influenciar a leitura da evolução da disciplina escolar.

7. A perceção da evolução da indisciplina em sala de aula relativamente ao ano letivo anterior de acordo com o setor de ensino dos respondentes

Para finalizar, fizemos a análise de como a indisciplina, como fator de preocupação, era assumida de acordo com o setor de ensino dos respondentes, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Tempo de serviço	Muito inferior	Inferior	Idêntico	Superior	Muito Superior
Público	1,4%	5,0%	39,6%	36,9%	17,2%
Privado/Social	0,7%	5,5%	47,9%	36,3%	9,6%

As diferenças entre setores são particularmente elucidativas.
No ensino público, 54,1% dos docentes afirmam que a indisciplina aumentou (Superior e Muito superior).
No ensino privado e social, essa percentagem é inferior (45,9%).
Por outro lado, quase metade dos docentes do ensino privado (47,9%) considera que a situação permaneceu idêntica, valor substancialmente superior ao observado no ensino público (39,6%).

A perceção de agravamento da indisciplina é maioritária em praticamente todos os grupos, confirmando que este é um dos problemas estruturais identificados pelos docentes portugueses. A intensidade dessa perceção aumenta entre os docentes mais experientes. Esta diferença pode refletir dois fenómenos complementares:

- os professores com maior antiguidade possuem um termo de comparação mais amplo e identificam mudanças graduais nas relações pedagógicas, nas normas de convivência e nas expectativas sociais em relação à escola;
- os docentes mais jovens iniciaram a sua carreira num contexto em que muitos destes desafios já estavam presentes, podendo encará-los como parte da realidade normal do exercício profissional.

Finalmente, o contraste entre o ensino público e o ensino privado/social merece especial destaque. Os dados sugerem que os docentes do setor público percecionam um agravamento mais acentuado da indisciplina, o que poderá estar relacionado com diferenças na composição das populações escolares, na organização das escolas, nos recursos disponíveis ou nos modelos de gestão da disciplina.

8. Identificação dos problemas de comportamento que mais preocupam

A consulta procurou ainda saber quais os problemas de comportamento dos alunos que mais preocupam os docentes, com base numa grelha de hipóteses que o questionário contemplava.

Os resultados foram os seguintes:

	Respondentes	
Problema de comportamento	**Nº**	**%**
Incapacidade de seguir regras	1 918	61,2%
Conversa em sala de aula	1 015	32,4%
Violência entre alunos	565	18,0%
Não, realização do trabalho (incluindo os trabalhos de casa)	375	12,0%
Abuso verbal	360	11,5%
Bullying entre alunos	328	10,5%
Assiduidade irregular	313	10,0%
Distração com telemóveis (ex: mensagens de texto, câmaras fotográficas)	298	9,5%
Não trazer equipamento ou material necessário	257	8,2%
Falta de pontualidade	208	6,6%
Não assinalo problemas de comportamento dos alunos	130	4,1%

NOTA: Para analisar esta tabela, deve-se esclarecer que os respondentes podiam escolher duas hipóteses das que constavam da grelha.

Os dados evidenciam uma hierarquia muito clara das preocupações dos docentes:

1. A incapacidade de seguir regras constitui, de forma muito destacada, a principal preocupação, sendo referida por 61,2% dos respondentes.
2. A conversa em sala de aula surge num segundo patamar (32,4%), revelando que a perturbação do normal funcionamento da aula é uma preocupação quotidiana.
3. A violência entre alunos ocupa a terceira posição (18,0%), bastante abaixo das duas anteriores.
4. Os restantes problemas apresentam valores entre cerca de 6% e 12%, indicando que são relevantes, mas menos generalizados.
5. Apenas 4,1% afirmam não identificar problemas de comportamento, mostrando que a quase totalidade dos docentes reconhece a existência de dificuldades comportamentais no quotidiano escolar.

Este quadro sugere que a indisciplina percecionada pelos professores portugueses se caracteriza sobretudo por incumprimento persistente das regras de funcionamento da sala de aula, mais do que por comportamentos de violência extrema.

9. A identificação dos problemas de comportamento em função do nível de ensino dos respondentes

Perante o quadro de problemas de comportamento identificados pelos docentes, procurou-se saber como é que estes se distribuíam em termos de nível de ensino em que lecionam, e os resultados foram os seguintes:

Problema assinalado	Pré-escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	Secundário	Profissional	Ed. Especial
Incapacidade de seguir regras	**74,3%**	**66,8%**	56,6%	59,6%	48,8%	59,1%	57,5%
Conversa em sala de aula	17,8%	**38,2%**	34,2%	**38,3%**	33,3%	24,3%	14,6%
Violência entre alunos	19,4%	**23,7%**	**22,5%**	14,9%	9,5%	7,0%	16,9%
Não realização do trabalho	0,5%	14,0%	**15,3%**	14,2%	13,1%	4,3%	11,0%
Abuso verbal	8,5%	11,1%	14,8%	11,5%	9,7%	13,9%	13,7%
Bullying	7,1%	8,3%	**17,5%**	13,1%	7,5%	2,6%	13,2%

Há aqui um resultado particularmente forte: o tipo de indisciplina muda com o nível de ensino. O caso dos telemóveis é o mais expressivo: passa de praticamente inexistente no Pré-escolar e 1.º Ciclo (0,5–0,6%) para 32,9% no Secundário e 33,0% no Profissional. Também a violência apresenta um perfil muito próprio: é mais assinalada no 1.º CEB (23,7%) e 2.º CEB (22,5%), diminuindo para 14,9% no 3.º CEB e 9,5% no Secundário. O bullying atinge o máximo no 2.º CEB (17,5%). Portanto, não parece existir uma única "indisciplina escolar": os dados apontam para configurações distintas da indisciplina consoante o nível de ensino.

10. Identificação dos problemas de comportamento em função do tempo de serviço dos respondentes (pergunta 31)

Ainda tendo presente o quadro de problemas de comportamento identificados pelos docentes, procurou-se saber como é que estes se distribuíam em termos do seu tempo de serviço, e os resultados foram os seguintes:

Problema	Até 10 anos	11-20	21-30	31-35	>35 anos
Incapacidade de seguir regras	51,5%	57,0%	63,5%	60,5%	**69,0%**
Conversa em sala de aula	26,3%	29,6%	33,9%	**34,7%**	33,0%
Violência entre alunos	**24,9%**	22,0%	16,8%	14,3%	14,8%
Não realização do trabalho	9,2%	10,9%	11,7%	14,8%	12,8%
Abuso verbal	**16,8%**	11,4%	11,6%	11,0%	8,5%
Bullying	**16,0%**	11,4%	10,0%	8,4%	6,8%
Assiduidade irregular	11,5%	11,4%	8,7%	10,2%	10,6%
Telemóveis	11,2%	8,0%	8,7%	10,9%	10,3%

À medida que aumenta a experiência profissional, aumenta a referência à incapacidade de seguir regras: 51,5% entre quem tem até 10 anos de serviço contra 69,0% entre quem ultrapassa os 35 anos. Em sentido inverso, os professores com menor tempo de serviço assinalam muito mais violência, abuso verbal e bullying. Por exemplo, o bullying desce de 16,0% nos docentes até 10 anos para 6,8% nos docentes com mais de 35 anos. Isto sugere diferenças na própria leitura profissional do comportamento dos alunos: docentes mais experientes concentram mais a preocupação na relação com a norma/regra; os menos experientes assinalam relativamente mais comportamentos relacionais agressivos.

11. Identificação dos problemas de comportamento em função da idade

Ainda perante o quadro de problemas de comportamento identificados pelos docentes, procurou-se saber como é que estes se distribuíam em termos do seu nível etário, e os resultados foram os seguintes:

Problema	<30	30–39	40–49	50–59	≥60
Incapacidade de seguir regras	29,8%	41,3%	61,6%	63,4%	**66,0%**
Conversa	20,2%	18,9%	32,0%	34,1%	**35,0%**
Violência	**51,2%**	**41,8%**	18,8%	13,5%	15,0%
Abuso verbal	**19,0%**	13,4%	12,9%	11,3%	8,6%
Bullying	**23,8%**	16,9%	11,6%	9,8%	6,6%
Telemóveis	9,5%	9,0%	6,4%	10,4%	11,7%

A diferença relativa à violência entre alunos é muito forte: é referida por 51,2% dos docentes com menos de 30 anos e 41,8% dos docentes dos 30–39 anos, mas apenas por 13,5% dos docentes dos 50–59 anos. Simultaneamente, acontece praticamente o inverso com a incapacidade de seguir regras: 29,8% nos menores de 30 anos, passando para 66,0% nos docentes com 60 ou mais anos.

12. Identificação dos problemas de comportamento em relação com a perceção da evolução da indisciplina

Outra perspetiva de análise que se introduziu foi a de associar as respostas relativas aos comportamentos dos alunos com as respostas à pergunta sobre a perceção da evolução da indisciplina. É o que se mostra no quadro seguinte:

Problema	Muito superior	Superior	Idêntico	Inferior	Muito inferior
Incapacidade de seguir regras	**76,5%**	**68,4%**	50,8%	44,3%	43,9%
Conversa	24,9%	31,0%	36,1%	41,8%	17,1%
Violência entre alunos	**27,1%**	**19,8%**	14,0%	10,1%	2,4%
Abuso verbal	**19,7%**	12,3%	8,0%	7,0%	4,9%
Bullying	11,2%	11,5%	9,9%	5,1%	9,8%
Telemóveis	8,5%	9,7%	9,7%	10,1%	7,3%
Não assinala problemas	**0,8%**	1,1%	7,4%	7,0%	**22,0%**

Os docentes que consideram a indisciplina "muito superior" ao ano anterior não se distinguem especialmente pela questão dos telemóveis. Distinguem-se sobretudo por três fenómenos:

A incapacidade de seguir regras (76,5%), a violência (27,1%) e o abuso verbal (19,7%).

Entre quem considera a situação idêntica ao ano anterior, esses valores descem respetivamente para 50,8%, 14,0% e 8,0%.

Ou seja, a perceção de agravamento da indisciplina parece estar particularmente associada a uma perceção de erosão das regras e aumento de comportamentos agressivos, e não simplesmente a distrações ou perturbações quotidianas.

13. Identificação das situações de indisciplina em que o respondente esteve envolvido no ano letivo anterior

Outra dimensão da consulta em análise consistiu na identificação de situações de indisciplina em que os respondentes tivessem estado envolvidos no ano letivo anterior, tendo sido obtidos os seguintes resultados

Situação	Docentes	%
Não estive envolvido em nenhuma destas situações	1 568	51,0%
Críticas dos encarregados de educação	885	28,8%
Abuso verbal por parte de um aluno	781	25,4%
Maus-tratos verbais por encarregados de educação	227	7,4%
Linguagem discriminatória/abuso por encarregados de educação	216	7,0%
Assédio moral por encarregados de educação	164	5,3%
Empurrão/choque por um aluno	133	4,3%
Agressão física por um aluno	109	3,5%
Ameaças de agressão física de um aluno	99	3,2%
Abuso/alegações nas redes sociais	67	2,2%
Ameaças de agressão física de encarregados de educação	43	1,4%
Agressão física por encarregados de educação	12	0,4%
Assédio sexual por encarregados de educação	10	0,3%
Assédio sexual por um aluno	10	0,3%

Os dados sugerem três linhas de reflexão:

Primeira	Segunda	Terceira
A exposição a situações de conflito é expressiva. Uma proporção importante dos respondentes identifica experiências problemáticas no último ano, envolvendo tanto alunos como encarregados de educação.	A violência verbal merece atenção especial. O abuso verbal por alunos, os maus-tratos verbais e a linguagem discriminatória por encarregados de educação apresentam uma expressão significativa. Estes comportamentos podem afetar a autoridade profissional, a confiança e o bem-estar dos docentes.	As situações de ameaça e agressão física não podem ser desvalorizadas. Embora menos frequentes do que os conflitos verbais, os relatos de agressões, ameaças e empurrões colocam questões de segurança, prevenção e apoio institucional.

14. Identificação das dificuldades que os docentes enfrentam ao lidar com a indisciplina em sala de aula

Finalmente, esta consulta pedia que os participantes identificassem as dificuldades que enfrentam ao lidar com a indisciplina em sala de aula, sendo-lhes sugerida uma tabela de hipóteses.

O tratamento das 3 171 respostas disponibilizadas permite identificar uma hierarquia bastante esclarecedora.

Dificuldade identificada	Docentes	%
Falta de apoio dos pais	1 363	43,0%
Stresse e esgotamento devido à gestão constante da indisciplina	1 216	38,3%
Limitações administrativas decorrentes do Estatuto do Aluno	807	25,4%
Falta de apoio da direção da escola	745	23,5%
Não tive dificuldades	736	23,2%
Falta de suporte administrativo para questões disciplinares complexas	521	16,4%
Insuficiência de recursos	518	16,3%
Falta de formação específica em gestão da sala de aula	307	9,7%
Desconhecimento das realidades socioculturais dos alunos	122	3,8%

1. A relação com as famílias surge como a principal dificuldade. A falta de apoio dos pais é a opção mais assinalada, por 43% dos docentes. Isto sugere que a gestão da indisciplina é percebida como uma responsabilidade que não pode ficar exclusivamente dentro da sala de aula.
2. A indisciplina tem uma dimensão importante de desgaste profissional. Cerca de 38% dos docentes colocam o stresse e o esgotamento entre as suas três principais dificuldades. Não estamos apenas perante uma questão de funcionamento da aula, mas também de bem-estar dos professores.
3. O enquadramento disciplinar é considerado insuficiente por uma parte significativa dos respondentes. Um em cada quatro identifica limitações administrativas decorrentes do Estatuto do Aluno. Isto não demonstra, por si só, que a legislação seja inadequada: exige distinguir problemas da lei, da sua aplicação e dos procedimentos administrativos.
4. O apoio institucional é uma questão central. A falta de apoio da direção é referida por 23,5%, enquanto 16,4% apontam a falta de suporte administrativo. Estes resultados reforçam a importância de respostas organizacionais e coletivas, em vez de deixar cada professor isolado perante situações complexas.
5. A formação específica não é a dificuldade mais mencionada. Apenas 9,7% a selecionam entre as três principais. Isto não significa que a formação seja dispensável, mas sugere que os docentes atribuem maior importância imediata ao apoio familiar, ao desgaste e às condições institucionais.

Há uma questão metodológica relevante: 736 docentes assinalaram a opção «Não tive dificuldades», mas 109 combinaram-na com alguma dificuldade concreta.

15. Como a avaliação da evolução da indisciplina se relaciona com as dificuldades que os docentes dizem enfrentar para a gerir

O cruzamento das respostas permitiu perceber como a avaliação da evolução da indisciplina se relaciona com as dificuldades que os docentes dizem enfrentar para a gerir.

Percentagem de docentes que assinala cada dificuldade

Dificuldade na gestão da indisciplina	Muito superior	Superior	Idêntico	Inferior	Muito inferior
Stresse/esgotamento devido à gestão da indisciplina	**62,6%**	**42,5%**	26,7%	22,8%	23,8%
Falta de apoio dos pais	**48,2%**	**49,8%**	36,9%	31,6%	16,7%
Falta de apoio da direção	**34,6%**	**26,6%**	18,0%	9,5%	14,3%
Limitações decorrentes do Estatuto do Aluno	**32,7%**	**29,4%**	20,0%	19,6%	9,5%
Falta de suporte administrativo em situações complexas	23,9%	18,2%	11,4%	18,4%	14,3%
Insuficiência de recursos	20,4%	16,2%	14,4%	18,4%	19,0%
Falta de formação específica	9,7%	9,5%	9,6%	10,1%	14,3%
Desconhecimento das realidades socioculturais	4,9%	3,3%	3,2%	8,9%	4,8%
Não tive dificuldades em lidar com a indisciplina	**5,6%**	**15,6%**	**35,0%**	**37,3%**	**50,0%**

Nota: Como a P33 permite até três respostas, as percentagens não totalizam 100%.

1. O resultado mais forte é o stresse e esgotamento

Este é provavelmente o dado mais importante do cruzamento. Entre os docentes que consideram a indisciplina muito superior, 62,6% referem stresse/esgotamento decorrente da gestão do comportamento. Entre aqueles que consideram a situação idêntica, são apenas 26,7%. Temos, portanto, uma diferença de quase 36 pontos percentuais. Isto sugere que a perceção de agravamento da indisciplina está estreitamente relacionada com a experiência de desgaste profissional.

2. A falta de apoio dos pais acompanha claramente a perceção de agravamento

Também encontramos um padrão bastante consistente:

16,7% → 31,6% → 36,9% → 49,8% → 48,2% quando caminhamos, aproximadamente, de uma perceção de diminuição para uma perceção de forte agravamento. Entre quem considera a indisciplina superior ou muito superior, praticamente metade dos docentes identifica a falta de apoio parental como uma das principais dificuldades. Este resultado é importante porque desloca parcialmente o problema para fora da interação professor-aluno: na experiência dos respondentes, a gestão da indisciplina aparece relacionada também com a relação escola-família.

3. O apoio da direção diferencia ainda mais os extremos

Observe-se a progressão da falta de apoio da direção:

Muito inferior: 14,3%	Inferior: 9,5%	Idêntico: 18,0%	Superior: 26,6%	Muito superior: 34,6%

Entre quem sente um forte agravamento, mais de um em cada três docentes identifica a falta de apoio da direção.

4. O Estatuto do Aluno surge igualmente associado ao agravamento

As limitações administrativas decorrentes do Estatuto do Aluno são referidas por 32,7% dos que consideram a indisciplina muito superior, contra 20,0% entre quem a considera idêntica e apenas 9,5% entre quem a considera muito inferior.

Os docentes que percecionam maior agravamento são também aqueles que mais frequentemente consideram as limitações decorrentes do Estatuto uma dificuldade para gerir a indisciplina.

5. A formação específica praticamente não distingue os grupos

A falta de formação específica é assinalada por: 9,7% — 9,5% — 9,6% — 10,1% — 14,3%, ao longo das cinco categorias.

Ou seja, quem considera que a indisciplina aumentou muito não identifica mais frequentemente a falta de formação como dificuldade do que quem considera a situação estável. Isto reforça uma conclusão que já começava a aparecer na Pergunta 33: os docentes não parecem interpretar prioritariamente as dificuldades de gestão da indisciplina como resultado de um défice individual de competências profissionais. As dificuldades são colocadas sobretudo noutras dimensões: desgaste, família, direção, enquadramento administrativo e suporte institucional.

6. "Não tive dificuldades" funciona quase como uma imagem invertida

Este é outro dos resultados mais fortes de toda a análise. Entre quem considera a indisciplina muito superior, apenas 5,6% afirma não ter tido dificuldades em lidar com ela. Há, portanto, uma coerência interna muito significativa entre as respostas: quanto maior é o agravamento percebido, menor é a proporção de docentes que afirma gerir a indisciplina sem dificuldades.



www.fne.pt

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO